

Consensuality as an alternative mode for the exercise of state punitive pretension in the administrative sanctional process

Consensualidade como modo alternativo de exercício da pretensão punitiva estatal no processo administrativo sancionador

Shirlei Silmara de Freitas Mello

ID <https://orcid.org/0000-0002-8984-5442>

Daniela Almeida Campos

ID <https://orcid.org/0000-0002-2768-9173>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai.17.ssfm>

Keywords: Administrative process, Sanction, Consensuality, Interest, Instruments consensual

Abstract

The company is under the aegis of the democratic state, which has as its main foundations of citizenship and the protection of human dignity, nuclei on which stands the fundamental rights of citizens. Throughout the evolution of the structure of the State, the Administrative Law underwent profound changes, no longer be characterized as state law to act in defense of citizens, allowing for public participation as a way of legitimizing the exercise of administrative function. In this context, the emergence of consensual phenomenon consecrated a participatory structure, breaking with the unilateral actions of the state and providing tools for a dialogic public administration, based on the improvement of the state act, in search of a transparent, interactive and efficient management. The consensual, under the various species of sanctioning administrative process, is presented through different instruments, whose adoption is a legitimate means of alternative dispute resolution in that it takes into account the interests of those involved, valuing their fundamental rights and avoiding further processes that would bring only wear the state machine. This study, therefore, is to scope out the importance of consensual as an alternative way of exercising punitive intention of the State under the sanctioning administrative processes as a way to realize the ideal of efficiency that characterizes the contemporary democratic state.

Author Biographies

Shirlei Silmara de Freitas Mello

Doutora em Direito pela UFMG. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

Daniela Almeida Campos

Procuradora do Município de Uberlândia. Mestranda em Direito Tributário pelo IBET-SP - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera-Uniderp.

References

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

DALLARI, Dalmo. Elementos de teoria geral do Estado. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GILBERTO, André Marques. O processo antitruste sancionador: aspectos processuais na repressão das infrações à concorrência no Brasil. São Paulo: Lex Editora, 2010.

MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios constitucionais de direito administrativo sancionador - as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELLO, Shirlei Silmara de Freitas. Tutela cautelar no processo administrativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

MOREIRA, Egon Bockmann. Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/99. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século-o caso brasileiro. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador,

Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 13, março/abril/maio, 2008. Disponível em: [www.direitodoestado.com.br/rere.asp.]. Acesso em: 11.06.2011.

VAZ, Isabel. Direito econômico da concorrência. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

Published

2021-07-01

How to Cite

MELLO, S. S. de F.; CAMPOS, D. A. Consensuality as an alternative mode for the exercise of state punitive pretension in the administrative sanctional process: Consensualidade como modo alternativo de exercício da pretensão punitiva estatal no processo administrativo sancionador. **Journal of Public Law and Infrastructure**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 67-89, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.ssfm. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/239>. Acesso em: 12 aug. 2021.

More Citation Formats ▾

Issue

[Vol. 5 No. 17 \(2021\)](#)

Section

Administrative Law: Administrative Proceedings

License

Copyright (c) 2021 Journal of Public Law and Infrastructure



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

This journal is licensed by



[\(CC BY-NC-ND\)](#)

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations. [Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI](#).

0

[**Make a Submission**](#)

Information

[For Readers](#)

[For Authors](#)

[For Librarians](#)

Language

[English](#)

[Português \(Brasil\)](#)

[Español \(España\)](#)

[Français \(France\)](#)

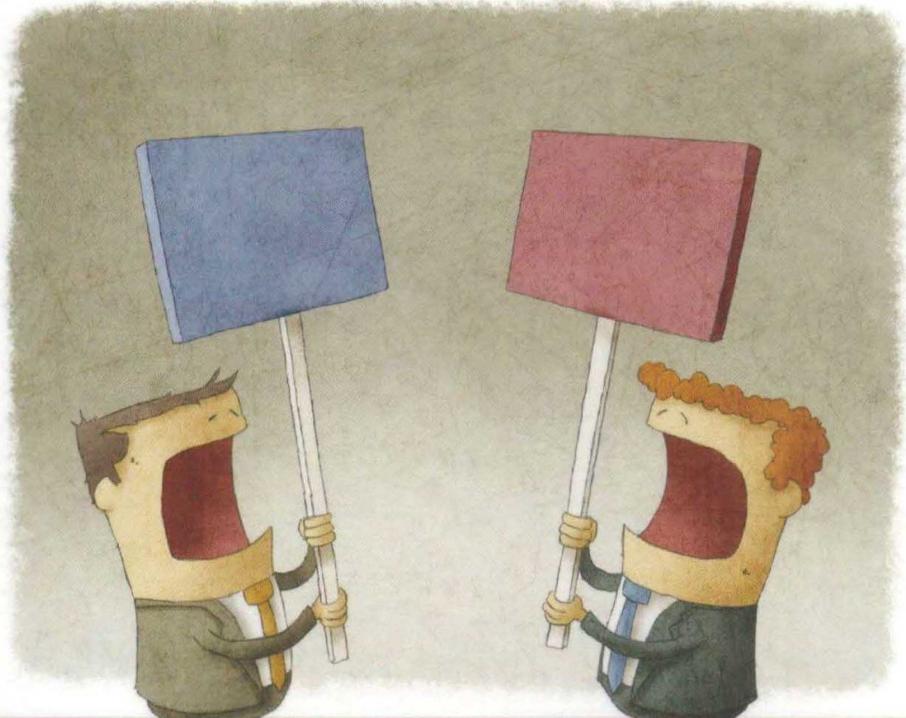
[Italiano](#)

© Journal of Administrative Law and Infrastructure – RDAI | e-ISSN: [2675-9527](#) | ISSN: [2526-8120](#)
1510 Gomes de Carvalho Str. 9 floor | Vila Olímpia | 04547-005 | São Paulo-SP | Brazil | Call: +55
(11) 3058-7800
[Collection](#) - [Search](#) - [Contact](#) - [Log in](#) - [Sing up](#) - [Rules](#)

Platform &
workflow by
OJS / PKP

NESTA EDIÇÃO:

ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• RDAI 17
ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO
**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**